

Apresentação

No Brasil temos a amarga e curiosa experiência: as idéias e os projetos murcham com a mesma rapidez que florescem. E nesse acanhamento de propósitos vemos que a solução de continuidade apresenta dois gumes igualmente afiados e destrutivos: de um lado, rasoura a vontade, evidenciando sua frouxidão na condução de uma idéia originariamente produtiva; de outro, esmoita objetivos pouco lisonjeiros e alheios à estrutura orgânica do projeto. Talvez seja por aí que se explica o nítido pessimismo e o acendrado ceticismo da nossa gente diante das mais simples iniciativas. Mas uma idéia quando vem à tona movida por uma sólida vontade e um inocultável sentimento de abnegação não tem o mesmo triste destino da flor: sobrevive à efemeridade de um dia. E fortalecida pela conjunção dos esforços individuais e pelo passar incoercível do tempo, como o carvalho anoso, tende, sob sua frondosa copa de respeitabilidade, a angariar a confiança de todos.

O lançamento do quinto número sucessivo da Revista Jurídica do Ministério Público do Amazonas, sob o patrocínio firme da Procuradoria Geral de Justiça, arredondando um lustro repleto de conquistas, vem somar-se como mais um tijolo na formidável construção de um órgão cultural, cujo fim de fornecer aos membros do Ministério Público a possibilidade valiosa de congregar um pensamento institucional, é cabalmente comprovado nas centenas de páginas que lhe compõem, anualmente, o conteúdo científico.

Como intérprete e depositário fiel do pensamento institucional do Ministério Público, esse periódico de tiragem anual, como o mármore esculpido por Fídias ou Miguel Ângelo, propende à imortalidade nos anais históricos da instituição. Se não pelo talento, pela sobrançeria dos estudos e dos conceitos veiculados, dos entendimentos jurídicos e filosóficos, qualidades

cuja densidade a modéstia impede de sublimar em público, mas certamente pelo simbolismo que sua contínua edição sugere. Por mais singela que seja essa conquista aos olhos de muitos, representa ela uma bandeira fincada para reconhecimento e identificação de rumos de um exército em marcha. O símbolo identificador de uma geração dada à produção científica. A cruz, por exemplo, de mero instrumento tosco de suplício, não passou após a morte de Cristo, a ser, como símbolo, o mais poderoso fator de civilização e humanidade? De todas as armas de conquista fabricadas pelo homem nenhuma foi, jamais, - diz famoso escritor nacional - tão poderosa e invencível como aquela, trabalhada em silêncio, naquele dia, por aqueles dois carpinteiros judeus, à sombra do Morro do Templo. E teriam eles imaginado, jamais, que, com aquela plaina, aqueles pregos e aquele martelo, estavam armando o mais assombroso instrumento saído de mãos humanas, e a obra mais edificante, e imortal, porventura realizada na Terra?

E nós, modestamente, com nossos estudos arrancados entre um parecer e uma denúncia (no mais das vezes, numa longínqua comarca, àquela hora, entre “o esquecimento de Deus e o sono dos homens”, de que nos fala Humberto de Campos num conto amazônico), nossa composição gráfica e nossa revista anual, não estamos lançando um símbolo imorredouro de conquista cultural e intelectual? Não estaremos lançando para o futuro e para as gerações sucedentes nos quadros da instituição, o gérmen da temperança cultural e da fé na produção intelectual? A perdurabilidade de uma idéia registrada e dada a público é um estado que não é dado às gerações presentes estimar com a precisão necessária. Uma coisa, entretanto, é certa, a Revista prossegue, avança jupiterianamente, esparzindo lições e consolidando posições, como um elevado instrumento de redenção intelectual, através do promotor-técnico-feito-pensador.

O que mais chama atenção? Uma flor entre outras, ou uma rosa isolada e perdida entre pedregulhos? Assim, é mais digno de admiração o homem que faz alguma coisa desajudado por todos e em ambiente inóspito, tirando alguma coisa do nada, que o homem que faz muito, ajudado de tudo e por todos, que

lavra em terras ubérrimas e com semente da melhor qualidade. Eis o que se passa entre nós.

A nossa Revista não terá a duração das lindas mas frágeis flores dos climas temperados, dita-nos o sentimento de esperança, e sim o espaço de vida comparável à nossa amazônica vitória-régia, inserindo-se nos *mores* institucionais, sem o recurso à compulsão regulamentar. Não renderá graças ao imprevisto apressado, amadorístico, conjectural, que desaba com a mesma prontidão com que se ergue. Nem se lhe encontrará nas linhas e entrelinhas a incerteza do rascunho, a leveza do esboço ou a vibração indisciplinada da ignorância.

Se pudéssemos falar em estagnação e inércia intelectual nas hostes ordenadas do MP, hipótese nem de longe configurável, seus dias estariam encerrados com os sucessivos números dessa revista jurídica, onde justapõem-se disciplina e fortaleza de propósito. Impedir-lhe o passo é tarefa tão improvável como deter a correnteza de um rio caudaloso. Uma vez liberada tamanha energia criadora, o máximo que se pode fazer é desviar-lhe a trajetória, imprimindo, se necessário, novos objetivos, sempre, porém, condizentes com a larga expectativa criada no seio da classe escritora e legente.

Não há mistério em sua longevidade sadia já constatável, em sua institucionalização na estrutura orgânica do Ministério Público do Amazonas e na expectativa de seus membros¹. Para compreender a vitalidade cultural desse órgão basta uma vista d'olhos no carinho e na dedicação que lhe cerca a confecção. Cada página é cuidadosamente preparada, alinhada e harmoniosamente ligada ao conjunto da obra, como se a coletividade dispersa dos colaboradores por um momento se fundisse em um único autor. Nada é descurado ou negligenciado. E a cada ano renova-se o empenho, o cuidado, o capricho e o zelo na formatação de seu conteúdo, bem como na estética de sua forma – na convicção de que o olho é o primeiro a ser

¹ Expectativa ressaltada pela atual Procuradora-Geral de Justiça por ocasião da apresentação da Revista n. 4 (2003): “Sua edição anual passa a ser objeto de viva expectativa por parte de todos que formam a família ministerial...”.

conquistado por um livro exposto. É comparável a uma bela moça servida por um azafamado séquito de estetas, lingüistas, estilistas, modistas, preocupados em corrigir a postura, emendar a pronúncia, aprumar a indumentária, unicamente para satisfazer o amante exigente: o público leitor.

A opulência da Revista cresce a cada ano. De mero projeto elaborado por mãos silenciosas sem maiores pretensões em seu primeiro ano de vida, com cincadas quase infantis – fruto serôdio da inexperiência gráfica –, alcança seu lustro com um forte apelo cultural, sólida, compacta e atraentemente profunda em suas perquirições jurídicas. De simples e implume patinho feio se transformou em belo cisne, deslizando elegantemente na superfície desse belo lago da instituição ministerial amazonense: o incessante labor intelectual.

O Conselho Editorial entendeu que, sem atentar para a otimização gráfica e substancial dessa publicação especializada, realizaria trabalho de Sísifo com seu eterno rochedo a subir e descer o monte, repetindo, anualmente, uma laboração estafante, sem legar aos colegas nada mais que um calhamaço de papel impresso sem grande utilidade no horizonte cultural e intelectual, proporcionando, apenas, farto repasto ao trabalho paciente e longo das traças.

Qualquer livro ou revista não deve valer tanto quanto pesa pelo número de páginas, mas valer pelo que logra sumariar de pensamentos, idéias e lições essenciais.

Debruçado sobre o problema, sob o olhar vigilante e aprobativo da atual Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, o Conselho adotou como meta o aperfeiçoamento constante do material publicável, internalizando conceitos modernos de elaboração científica e disseminando-os entre os colegas colaboradores, não deixando margem aos fios invisíveis do particularismo. Os efeitos foram imediatos e perceptíveis a olhos desarmados: circulação nacional e pedidos de alguns recantos do país das edições anteriores para composição de acervo. Se não é motivo de orgulho, dado o caráter pouco

cristão desse sentimento, pelo menos prova o acerto da aposta na qualidade e nos incentiva a percorrer a trilha aberta pela clarividência de um grupo de colegas dedicado a um ideal. O ideal da perfeição e da beleza.

A validade doutrinária e científica de um órgão de divulgação cultural na área específica do Direito liga-se à qualidade dos subsídios prestados pelos colaboradores; da mesma forma que uma idéia vale na medida de sua praticabilidade, e não por sua relação com um corpo místico da verdade fundamental. E a quem dirige ou coordena esse esforço coletivo cabe, legitimamente, zelar pelo alcançamento da madureza ideal do fruto que pende do cérebro desses estudiosos e abnegados colegas. Seria incompreensível que um arquiteto, interessado na solidez de um edifício, começasse a fiscalizar a construção do meio para cima, esquecendo inteiramente os alicerces.

Em uma pequena cidade do Rio Madeira, aqui mesmo no Amazonas, havia, conta-se, um comerciante cearense, que brigava diariamente com todos os membros da família. Ora com a esposa, ora com a sogra, ora com a filha, ora com o genro, ora com a tia da mulher. No auge da discussão, porém, em vez de avançar contra o contendor, corria até à cozinha, e caía de taponas em um pobre moleque, inofensiva cria da casa. Era o Isidoro. Todos insultavam o patrão; mas o Isidoro é quem pagava os desaforos.

Se em qualquer Revista especializada num ramo do conhecimento humano, editada em qualquer lugar do Brasil ou do mundo, é mutilado o nome de um articulista por erro dele próprio no momento da digitação, ou lhe é omitido um título importante por esquecimento pessoal, ou se a nota de rodapé sai truncada pela pouca familiaridade com os recursos informáticos, todos, de bastão em riste, se voltam para o pobre e infeliz Isidoro: o Conselho Editorial. É uma justiça sumária universal que predispõe os membros de qualquer comissão a terem em bom conselho as regras da cautela e da boa política editorial, para evitar as bordoadas gratuitas e as injustiças da paixão coletiva, pois não

há apelo contra a coação da opinião de vozes múltiplas². São os olhos de Argos que nunca se cerram.

Por isso, o mais nobre conselho que se pode dar a uma pessoa ou grupo de pessoas com semelhante encargo é esse: *Faz sempre o que tens medo de fazer*. Juntar artigos, estudos e pareceres remetidos pelos diversos colegas, pô-los na forma de texto unificado e editá-los, entregando um amontoado de páginas em forma de revista, além de facilimo, é muito cômodo. Todavia, exigir constantemente - sob o severo risco da impertinência - qualidade, profissionalismo e apuro técnico sob o visio de atender a uma demanda e anseio legítimos do leitor, é uma tarefa capaz de infundir receio na alma mais intemorata, pelo risco de afugentar os colaboradores, acalhoados pela congérie de exigências, e, por consequência, jarretar, de pés e mãos, a revista. Mas, como dizia Napoleão em suas cartas à Imperatriz Maria Luíza, fora da honra e do dever, não há caminho. Em função disso, o risco foi enfrentado, o medo arrostado sem que a alma caísse aos pés, e os resultados obtidos podem ser estimados pela leitura da Revista que ora é lançada, onde vemos, sem muito esforço, uma busca cada vez mais acentuada por qualidade, primor e excelência nas abordagens doutrinárias e científicas.

Não obstante essas exigências de ordem técnica³, em nenhum momento ferimos o patrimônio moral de nossos colaboradores, consistente na liberdade de pensamento, na ampla

² Ressalte-se, em prol da clareza e da justiça, que entre nossos colaboradores - sem exceção -, abnegados operários sem remuneração, há uma convergência encantadora no sentido da grandeza institucional da Revista, com tocante assunção de responsabilidade coletiva e solidária pelos êxitos e revezes do empreendimento editorial. Decididamente, não há a suprema injustiça de individualizar os sucessos e socializar os fracassos. Eles, verdade seja dita, não abordoam o seu Isidoro.

³ Infelizmente não podemos fazer o que apregoava Gonzaga Duque, em conhecida obra das letras nacionais: "O academicismo nos impõe suas formas, não é? Desprezemo-lo e desprezemo-las. Costas à Academia! E vamos fazer em nossa oficina o contrário do que é letra dos seus códigos, do que é dogma dos seus cânones, porque faremos novo e bom, vivo e forte" (*Mocidade morta*, p. 45).

criatividade e inventividade na abordagem dos temas, qualidades inafastáveis do bom escritor. Reservamos um espaço, como diz Tácito, em que se pode pensar o que se quer, e dizer o que se pensa: *ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet*.

O projeto pretendia, ao nascer, levar o Ministério Público e suas nuances institucionais ao cômodo alcance do leitor amigo. Hoje, passados cinco anos, a pretensão foi ampliada na mesma proporção do adensamento do conteúdo doutrinário, visando, não apenas, delinear aos olhos de terceiros, corporativamente, a organicidade da Instituição, mas abordar questões jurídicas palpitantes, polêmicas e atuais no horizonte tumultuoso da sociedade brasileira, indo além do fastioso vezo de repetir o que todos já estão exaustos de saber ou da ridicularia de arrombar portas já escancaradas. Em torno de um grão de areia desenvolvemos o trabalho paciente e silencioso da ostra em busca de uma pérola. E agora, fascinados pelo seu brilho, não cansamos de poli-la e repoli-la, sem, entretanto, apresentar a sovina do avaro, vez que a participação em sua brunidura é aberta e democrática. Melhor ainda, estimulada, na certeza de que quantos mais se agregarem no esforço coletivo tanto mais brilhante será o trabalho final.

Essa empreitada editorial persiste sendo um projeto, dado o seu contínuo aperfeiçoamento e melhoramento, não só do conteúdo ideativo, como da parte gráfica - cada ano que passa ergue-se uma parede. E é bom que assim seja, sem deslembrarmos da famosa e sutil lição histórica: tudo na vida humana, tido por bom, útil e atual, *não está feito, mas sendo feito*. Ou nas palavras de Rush: *L'essence de la vie est le changement, le processus, l'activité continuel*. Portanto, entre favos e travos, abelhas e vespões, segue o ideal lançado há cinco anos, que como Janus, o deus pagão de duas faces, volta-se confiantemente, com uma delas, para o futuro.

Conselho Editorial



Aderson Andrade de Meneses

